

Despacho de bagagem eleva custo em ao menos R\$ 90 em voo nacional

A caminho de ser derrubada no Senado, a cobrança pelo despacho de bagagens de até 23 kg em voos nacionais pode significar um acréscimo entre R\$ 90 e R\$ 350 por trecho, a depender da companhia aérea e do destino.

Esse é o resultado do fim da passagem para quem não despacha malas, mais barata que as opções que já incluem o envio de bagagem.

Uma viagem de São Paulo a Florianópolis, por exemplo, no dia 16 de maio de 2022, às 7h, custará R\$ 2.534 pela Azul se o passageiro despachar uma mala de até 23 kg. Se só viajar com mala de mão, o mesmo passageiro vai pagar R\$ 95 a menos à companhia.

Na Gol, sem a bagagem esse trecho está custando R\$ 2.178. Se houver uma mala para despachar, será cobrada uma taxa extra de R\$ 120. Pela Latam, a diferença, nes-

sa mesma simulação de voo, chega a R\$ 189.

Caso seja preciso despachar mais de uma bagagem ou ela ultrapasse os 23 kg liberados, as companhias podem cobrar ainda pelo volume extra a ser transportado.

Este modelo de cobrança pelo transporte da bagagem é utilizado em quase todos os países, e no Brasil, desde 2017. Cada passageiro pode despachar sem taxa uma mala de até de 23 kg, não podendo ultrapassar o limite de cinco bagagens. A partir deste peso, é cobrado um adicional na passagem.

Segundo a regra da Anac (agência reguladora), o peso total de uma única bagagem não poderá ultrapassar 45 kg para voos dentro do Brasil e 32 kg para voos internacionais.

O valor cobrado é definido por cada companhia aérea, tanto no Brasil como nos demais países que aderiram ao modelo. Porém, caso o pas-

sageiro utilize mais de uma companhia no seu trajeto, ele precisa ficar atento ao convênio estabelecido entre as empresas. A depender do destino, poderá haver uma nova cobrança pelas malas.

Essa taxa adicional pode acabar se a Medida Provisória, chamada de MP do Voo Simples, for aprovada pelos senadores com essa mudança e se o presidente Jair Bolsonaro sancioná-la para virar lei.

Especialistas no setor aéreo afirmam, no entanto, que embora a cobrança à parte pelo despacho pareça negativa para o consumidor, o fim dela não deve baratear a passagem.

As empresas aéreas pressionam para que os senadores retirem esse destaque da MP, para que companhias de baixo custo, chamadas de low cost, invistam no Brasil e ampliem a concorrência.

Ana Paula Branco/Folhapress



Economia



Menor procura faz desemprego ficar estável em quase todos os estados

Página - 03

Política

Bolsonaro usa evento na PM-SP e reforça discurso eleitoral sobre segurança

Página - 04

Moro é chamado de 'mito' em evento na Grande São Paulo

Página - 04

Shoppings concluem balanço do Dia das Mães com alta de 4% ante 2019

Página - 03



Galvani dobra produção na Bahia em meio à crise de fertilizantes

Pág - 05

Conab reduz projeção de safra de milho do Brasil por clima; eleva a de soja

Pág - 05

No Mundo

Suécia diz que adesão à Otan ajudará a evitar ataque da Rússia



Um dia depois de a Finlândia anunciar seu pedido de entrada na Otan, o Parlamento da vizinha Suécia divulgou um relatório considerado vital para a tomada do mesmo passo no qual considera que a medida trará segurança, mas em que admite riscos de retaliações da Rússia.

A percepção de que Moscou representa um ameaça real aumentou brutalmente nos dois países nórdicos, vizinhos inclusive fronteirizos no caso finlandês da terra de Vladimir Putin, após a invasão da Ucrânia pelas forças do Kremlin.

“Uma adesão terá um efeito dissuasivo no norte da

Europa”, diz o texto de 43 páginas, elaborado pelo governo e pelos partidos representados no Parlamento. O texto afirma que “não se podem excluir provocações e represálias russas” pela medida, mas que o risco é baixo.

“Nossa opinião é a de que não sofreremos um ataque militar convencional como reação a uma eventual candidatura”, afirmou a chanceler do país, Ann Linde. O relatório abre caminho para a aprovação do pedido pelo Parlamento

A recomendação, que não foi explícita contudo, deverá ser seguida pela mudança na posição histórica do principal partido do país, o Social

Democrata, que divulga seu parecer sobre a adesão no domingo. Já há maioria na Casa e na opinião pública em favor da medida, cuja aprovação deverá acontecer talvez no mesmo dia ou na semana que vem.

Tomada, a decisão reverte mais de 200 anos de história. A Suécia se orgulhava de sua neutralidade, decidida em 1809 após a perda da mesma Finlândia para o Império Russo em uma de seus diversos conflitos. Já a Finlândia era neutra desde o fim a Segunda Guerra Mundial, na qual lutou duas vezes contra a União Soviética.

Igor Gielow/Folhapress

Mais de 6 milhões de pessoas já fugiram da Guerra da Ucrânia, diz ONU

Mais de 6 milhões de pessoas já fugiram da Ucrânia desde o início da invasão russa no país, aponta levantamento das Nações Unidas. Outros 8 milhões de ucranianos se deslocaram dentro do país.

Antes da guerra, a população ucraniana era estimada em 44 milhões de pessoas -isso significa que quase 32% dos habitantes tiveram que se deslocar por causa do conflito. A grande maioria dos refu-

giados é formada por mulheres e crianças, já que homens de 18 a 60 anos estão proibidos de deixar o país.

Até agora, a Polônia foi a nação que mais recebeu refugiados; mais de 3,2 milhões. O governo polonês, porém, estima que a metade deles pode permanecer no país por mais tempo, o que traz novos desafios para o mercado imobiliário, escolas e sistema de saúde do país.

Folhapress



Justiça americana vai investigar Trump por manuseio de documentos confidenciais



O Departamento de Justiça dos EUA abriu uma investigação para apurar se o ex-presidente americano Donald Trump manipulou incorretamente documentos confidenciais que foram levados para sua residência em Mar-a-Lago, na Flórida. A notícia foi publicada pelo jornal The New York Times.

Segundo a reportagem, os promotores emitiram uma intimação à Administração Nacional de Arquivos e Registros (Nara, na sigla em inglês) para obter os documentos. As autoridades também enviaram pedidos de entrevistas a pessoas que trabalharam na Casa Branca no fim do man-

dato de Trump.

A investigação começou depois que a Nara recuperou 15 caixas de documentos, incluindo registros confidenciais, que Trump tinha levado para sua propriedade em Mar-a-Lago quando deixou a Casa Branca em janeiro de 2021. Os papéis foram obtidos pela agência um ano após Trump deixar a Presidência e depois de um imbróglgio com a defesa do republicano, que se negava a entregar a papelada.

Em fevereiro deste ano, a agência independente confirmou que entre os documentos continham informações classificadas como de segurança nacional.

O comitê de supervisão da Câmara dos Deputados dos EUA chegou a abrir uma investigação sobre o assunto, já que pode ter acontecido uma violação à Lei de Registros Presidenciais, norma que exige a preservação de toda a comunicação escrita relacionada aos deveres oficiais de um presidente.

O Departamento de Justiça americano não quis comentar o assunto. Os representantes de Trump também não comentaram. O ex-presidente confirmou anteriormente que concordou em devolver certos registros à Nara, chamando o processo de “comum e rotineiro”.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Menor procura faz desemprego ficar estável em quase todos os estados



O desemprego ficou estável em 26 unidades federação no primeiro trimestre de 2022, frente ao anterior, com a estabilidade da taxa nacional, que foi de 11,1%, de acordo com dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A única queda ocorreu no Amapá (14,2%), que variou -3,3 p.p em relação ao quarto trimestre de 2021.

Os dados divulgados em abril já apontavam que a taxa de desemprego ficou estável, com a procura por vagas de trabalho travada nos primeiros três meses do ano. De janeiro a março, a taxa de desocupação foi de 11,1%, mes-

mo nível do quarto trimestre de 2021.

Segundo os analistas do IBGE, o fato de não haver crescimento na busca por trabalho no trimestre, explica a estabilidade da desocupação. O cenário é diferente do registrado nos outros trimestres terminados em março, quando, pelo efeito da sazonalidade, havia aumento da procura por trabalho.

O número de pessoas que estavam procurando trabalho por dois anos ou mais ficou em 3,46 milhões no primeiro trimestre –no mesmo trimestre do ano passado eram 3,59 milhões nessa situação.

A pesquisa aponta que as grandes regiões metropolitanas do país tiveram taxas de desocupação estáveis, ao se comparar com o último tri-

mestre do ano passado, sendo que o Nordeste (14,9%) se manteve com o maior índice ao longo de todos os trimestres analisados. Já a região Sul teve a menor, 6,5%.

As maiores taxas de desocupação foram as da Bahia (17,6%), de Pernambuco (17%) e Rio de Janeiro (14,9%); na outra ponta, as menores taxas de desemprego foram aferidas em Santa Catarina (4,5%), Mato Grosso (5,3%) e Mato Grosso do Sul (6,5%).

O Amapá foi o único estado do país em que houve queda, de 3,3 p.p., passando de 17,5% no quarto trimestre de 2021 para 14,2% no primeiro trimestre deste ano.

Douglas Gavras/Folhapress

Filhos do Plano Real lidam pela primeira vez com a alta da inflação



Stephanie Lopes, 27, reduziu as idas ao shopping e os pedidos de delivery nos finais de semana. Fernanda Lima, 25, começou a pegar folhetos nos supermercados para vigiar os preços. Iago Madureira, 24, vê o sonho de morar sozinho cada vez mais distante.

Em comum, todos eles nasceram após o Plano Real, de julho de 1994, que controlou a hiperinflação que castigava a economia brasileira –em junho, às vésperas da implementação do real, os preços acumulavam alta de 4.922% em 12 meses.

Agora, a geração desses jovens precisa lidar com o problema de uma alta intensa de preços pela primeira vez.

No acumulado de 12 meses até abril deste ano, o IPCA teve avanço de 12,13%, conforme o IBGE (Instituto

Shoppings concluem balanço do Dia das Mães com alta de 4% ante 2019

Os shoppings divulgaram o levantamento anual das vendas no Dia das Mães com um crescimento real de 4% em relação a 2019, superando as vendas pré-pandemia na data pela primeira vez, segundo a Abrasce (Associação Brasileira de Shoppings Centers).

O número supera a projeção inicial do setor, que previa um avanço de 2,5%. Na comparação com o ano passado, a alta foi de 16%, descontando a inflação.

Apesar do resultado, o tí-

quete médio gasto pelos consumidores ficou em R\$ 198, abaixo dos R\$ 250 projetados para este ano e dos R\$ 213 registrados em 2021, diz a Abrasce.

Os estabelecimentos temiam o impacto da inflação e do desemprego na data, de acordo com levantamento feito pela entidade no início do mês.

Os shoppings movimentaram R\$ 5,3 bilhões na semana entre 2 e 8 de maio, segundo a Abrasce.

Joana Cunha/Folhapress



Douglas Gavras/Folhapress

Brasileiro de Geografia e Estatística).

É a maior inflação desde outubro de 2003 (13,98%), período em que a geração nascida após 1994 ainda não tinha completado dez anos de idade.

Aos 27 anos, casada e com uma filha, Stephanie busca estratégias para economizar, cortando despesas da rotina de casa, na zona norte de São Paulo.

Usar menos vezes a máquina de lavar roupa na semana é uma das medidas adotadas para tentar baixar a conta de luz.

“Senti mais a diferença da alta dos gastos da metade do ano passado para cá”, conta ela, que tem o ensino médio completo e trabalha como babá, recreadora de festas infantis e personal organizer.

Para, Fernanda Lima, que

mora no Rio de Janeiro com o namorado, o que mais impacta seu dia a dia é a inflação de alimentos no supermercado.

Em razão da alta dos preços, ela resolveu substituir parte dos produtos da cesta de compras. O consumo de carne bovina e de frango diminuiu.

“Agora é normal pegar vários folhetos de supermercado e ficar vigiando os preços”, conta Fernanda, que é formada em gestão de recursos humanos e trabalha na área de TI (tecnologia da informação).

No caso de Iago Madureira, o que mais vem pesando é a inflação do combustível. Por isso, o jovem tem deixado o carro parado por mais tempo na garagem.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Política

Bolsonaro usa evento na PM-SP e reforça discurso eleitoral sobre segurança



O presidente Jair Bolsonaro (PL) usou um evento de formatura de integrantes da Polícia Militar em São Paulo para destacar seu discurso eleitoral para a área de segurança pública.

O presidente primeiro disse sonhar com a aprovação do chamado “excludente de ilicitude”, que isenta de punição policiais envolvidos em morte ou agressão de pessoas durante ações.

Vista como uma espécie de “licença para matar” inocentes na periferia, a medida acabou sendo derrubada pelo Congresso após pressão de políticos, entidades e ativistas.

Bolsonaro discursou em um evento de formação da

Polícia Militar de SP, na Academia do Barro Branco, na zona norte da capital paulista.

“Se vocês portam uma arma, na cintura ou no peito, é para usá-la. E nós, chefes do Executivo, presidente ou governadores, devemos dar respaldo e segurança pra vocês após o cumprimento da missão”, disse o chefe do Executivo.

“O meu grande sonho como presidente tem que ser compartilhado com o Parlamento brasileiro. Gostaria muito de um dia aprovar o excludente de ilicitude, para que vocês, após o término da missão, fosse se recolher no calor de seus familiares, e não esperar a visita de um oficial de Justiça.”

“Peço a Deus pra que me

de força, junto ao Parlamento, pra que isso possa acontecer.”

Bolsonaro ainda disse que os “nossos inimigos” não estão nas ruas e nas vielas, e sim dentro de um gabinete com ar-condicionado, em referência ao Ministério Público e ao Judiciário no combate à letalidade policial.

“Um burocrata [oficial de Justiça] que inferniza a vida de vocês após o cumprimento de uma missão.”

“Temos de diminuir a letalidade sim, mas do cidadão de bem, de pessoas como vocês. E não da bandidagem”, disse o presidente, pedindo que a arma na cintura dos policiais deve ser usada.

Bruno B. Soraggi/Folhapress

Moro é chamado de ‘mito’ em evento na Grande São Paulo

O ex-juiz Sergio Moro (União Brasil) foi saudado aos gritos de “mito”, termo que ficou associado ao presidente Jair Bolsonaro (PL), durante evento na Câmara de Vereadores de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo.

Ele recebeu o título de cidadão do município e foi homenageado por seu trabalho de combate à corrupção. Moro posou para fotos com participantes do ato. Ao final,

houve um coro de “mito!, mito!, mito!” na plateia.

A palavra começou a ser usada para Bolsonaro em 2017, quando ele passou a viajar pelo país apresentando-se como pré-candidato ao Planalto.

Chamavam a atenção especialmente as multidões em aeroportos entoando esta palavra de ordem. Até hoje, o presidente é chamado de “mito” por apoiadores.

Fábio Zanini/Folhapress



Congresso dribla STF e mantém emendas sem transparência



Os documentos entregues pelo Congresso ao STF (Supremo Tribunal Federal) em resposta a ações que questionam as emendas de relator seguem sem dar transparência à destinação da verba política e podem configurar um dribble à decisão dos ministros da corte.

Os dados sobre esse tipo de recurso, que se converteu em mecanismo de negociação entre o Planalto e o Congresso, constam na documentação sobre a distribuição da verba parlamentar enviada pelo Senado ao Supremo.

O material é composto por cem documentos. As planilhas se referem a informações fornecidas por 340 deputados federais e 64 senadores, que representam 68% dos 594 parlamentares do Congresso. Além da falta de resposta de 190 parlamen-

tares, muitos documentos entregues ao Supremo estão incompletos.

Na prática, a ausência de um padrão na divulgação dos dados impossibilita a identificação dos padrinhos dessas emendas, carimbadas com o código RP9. Muitos parlamentares entregaram documentação que traz apenas o número de identificação das emendas apoiadas.

Dessa forma, não é possível determinar só com essa informação quais são os valores e os municípios beneficiados. A forma como os parlamentares responderam também torna impossível dizer exatamente quanto cada congressista de fato apadrinou.

Dos 64 senadores que responderam ao ofício, 12 apresentaram dados incompletos sobre as indicações.

São eles: Carlos Viana

(PL-MG), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), Eduardo Braga (MDB-AM), Luiz do Carmo (PSC-GO), Marcos do Val (Podemos-ES), Omar Aziz (PSD-AM), Otto Alencar (PSD-BA), Romário (PL-RJ), Rose de Freitas (MDB-ES), Telmário Motta (PROS-RR), Vanderlan Cardoso (PSD-GO) e Wellington Fagundes (PL-MT).

Na Câmara, cinco deputados entregaram dados pela metade: Rose Modesto (PSDB-MS), Cacá Leão (PP-BA), Nilson Pinto (PSDB-PA), José Mário Schreiner (MDB-GO) e Flávia Moraes (PDT-GO).

Para especialistas em transparência, a documentação entregue ao Supremo não atende ao decidido pela ministra Rosa Weber, do STF.

Cezar Feitoza/Folhapress

Galvani dobra produção na Bahia em meio à crise de fertilizantes



A empresa brasileira de fertilizantes Galvani está aumentando a produção à medida que o país luta pelos insumos atualmente difíceis de adquirir.

A empresa dobrará a produção de fertilizantes fosfatados em sua planta em Luis Eduardo Magalhães, na Bahia, para 1,2 milhão de toneladas em dois anos, disse o presidente-executivo Marcos Stelzer em entrevista. Embora a expansão tenha sido planejada antes do início da atual crise no setor, o aumento da produção será uma notícia bem-vinda para os agricultores que encontram dificuldades para comprar os insumos de que precisam em um mer-

cado global desequilibrado.

O Brasil importa atualmente cerca de 85% de sua demanda de fertilizantes e 75% de seu uso de fosfato. Com a invasão da Ucrânia pela Rússia fazendo os preços dispararem, o governo brasileiro tem buscado fornecedores alternativos do Canadá ao Irã; caso contrário, corre-se o risco de reduzir o uso de fertilizantes, o que pode diminuir a produtividade agrícola e contribuir para o aumento dos preços dos alimentos em todo o mundo.

Além da unidade em Luis Eduardo Magalhães, a Galvani também é parceira de um projeto de fertilizantes em fase inicial no Nordeste, classificado como estratégico

pelo governo federal. Conhecido como Santa Quitéria, o projeto de fosfato e urânio está aguardando as licenças ambientais e de operação para prosseguir, disse o executivo.

Se colocado em operação, o projeto Santa Quitéria introduzirá uma produção adicional de 1,05 milhão de toneladas de fertilizantes fosfatados por ano. Juntos, os projetos aumentarão a produção de fertilizantes da Galvani para 2,2 milhões de toneladas em 2026, de 600.000 toneladas em 2021. Isso representaria mais de um terço da produção atual de fosfatos do país.

BizNews

Precisão, capacitação e tecnologia: os caminhos para o Brasil liderar produção de alimentos no mundo



Agricultura de precisão, capacitação do produtor rural e novas tecnologias são caminhos para o Brasil chegar ao topo da produção de alimentos no mundo, avaliam especialistas ouvidos pelo g1.

Embora o país seja o maior exportador mundial de alguns itens, como soja e carne bovina, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Brasil ainda enfrenta a concorrência dos EUA, da China e da Índia em outros cultivos, como o arroz.

Na Agrishow 2022, uma das maiores feiras do setor de agronegócios da América Latina, realizada em Ribeirão Preto (SP), empresários dos ramos de irrigação, fertilizantes e tecnologia no campo, além de pesquisadores, analisaram o cenário brasileiro e apontaram soluções para o país avançar na produtivida-

Conab reduz projeção de safra de milho do Brasil por clima; eleva a de soja

A safra total de milho do Brasil na temporada 2021/22 foi estimada em 114,58 milhões de toneladas, recuo de 1 milhão de toneladas na comparação com a previsão anterior, motivada por adversidades climáticas, afirmou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em relatório.

Na comparação com a safra passada (2020/21), atingida por geadas e seca, a produção deve dar um salto de 31,6%. Produtores e analistas têm reportado que a safra está indo bem no Paraná, segundo maior Estado para o milho, enquanto no Centro-Oeste as lavouras vêm sofrendo com seca.

“A atual safra não irá atingir a produtividade potencial, mas ainda tende a ser uma boa produção principalmente pelas lavouras implantadas mais cedo. No entanto, ainda precisamos ter atenção com o desenvolvimento da cultura”, disse em nota o diretor de Informações Agropecuárias e Políticas Agrícolas, Sergio De Zen.

“A maior parte do milho semeado se encontra em estágios de desenvolvimento em que o clima é preponderante. Para Mato Grosso e Goiás há uma tendência de déficit hídrico. Já em Mato Grosso do Sul e no Paraná, a maior preocupação é com o risco de geadas”, acrescentou. Reuters



de.

É unânime a opinião de que as condições climáticas do Brasil favorecem a produção no campo. A avaliação deles é de que o país tem condições de fazer até três safras no ano enquanto outros países, principalmente do hemisfério Norte, são prejudicados, por exemplo, com invernos rigorosos.

Outro ponto apresentado pelos especialistas é que há, no mercado e nas pesquisas, soluções para aumento de produtividade sem a necessidade de ampliação das áreas de cultivo, ou seja, existe a possibilidade de melhoria na produção reaproveitando espaços já plantados.

A última estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra de grãos 2021/2022, divulgada em abril, aponta que a produção no Brasil pode chegar a 269,3 milhões

de toneladas.

É um valor considerado recorde, superando em 5,4% o total obtido na safra anterior, de 255,5 milhões de toneladas, que era a maior do país até então, mas é 6,7% menor do que as projeções anteriores por conta das condições climáticas, avalia a companhia.

Para Elísio Contini, pesquisador da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas (Sire) da Embrapa, a safra de 2023/2024 pode ser ainda melhor em caso de melhores condições no tempo e também se houver melhora do cenário na guerra entre Rússia e Ucrânia, que afetou a demanda de fertilizantes para o Brasil.

No fim de abril, o presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que ao menos 27 navios russos estão a caminho da costa brasileira com carregamento de fertilizantes. BizNews

Bitcoin

Caos das criptomoedas colocam celebridades em saia justa; entenda



Em meio a uma semana turbulenta envolvendo a criptomoeda LUNA, token de governança da rede Terra, outras criptomoedas têm sido afetadas, como é o caso do Bitcoin (BTC) e Ethereum (ETH).

Com isso, celebridades que utilizaram sua imagem para publicidade das criptomoedas se encontram diante de um cenário onde os anúncios que protagonizaram não envelheceram bem.

Em 28 de outubro de 2021, foi ao ar o anúncio da Crypto.com com Matt Damon, onde o ator compara investir em criptomoedas a marcos como a invenção do voo humano e as viagens espaciais.

“A história está cheia de

quase. Com aqueles que quase se aventuraram, que quase alcançaram, mas no final das contas para eles provou ser demais. Depois, há outros. Aqueles que abraçam o momento e se comprometem.”, diz Damon no anúncio.

Contudo, quem comprou US\$ 1.000 em Bitcoin quando esse anúncio foi lançado, viu o seu investimento derreter para US\$ 500 hoje. O anúncio envelheceu mal.

Na quarta-feira (11), por exemplo, o bitcoin (BTC) voltou a ficar abaixo dos US\$ 30 mil, em uma queda semanal de 23,43%, segundo dados do CoinMarketCap.

A ‘festa das criptomoedas’

Apesar do destaque para o anúncio do Matt Damon, que teve o nome como desta-

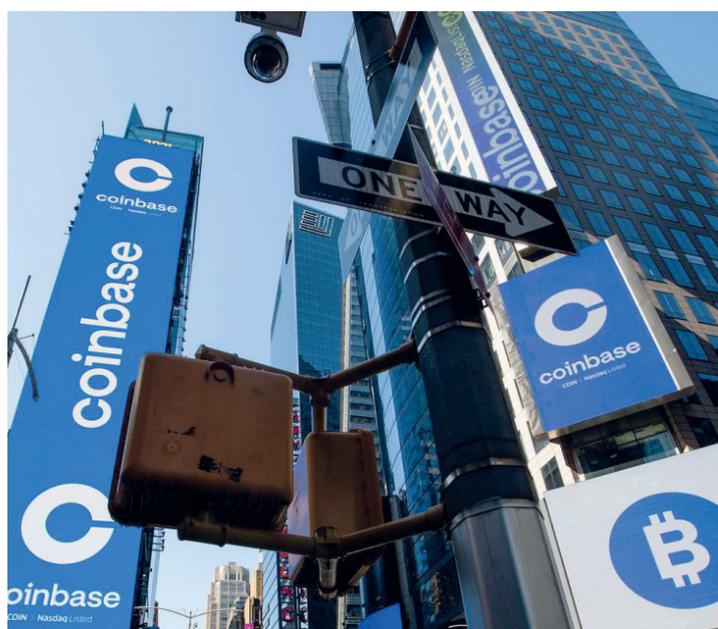
que no Twitter na quinta (12) devido à situação, ele não foi a única celebridade a apoiar e disseminar as criptomoedas.

Entre atores, atletas e cantores, Spike Lee, Tom Brady, Gwyneth Paltrow, Reese Witherspoon, LeBron James, Jimmy Butler e J Balvin fizeram parte do processo de repercutir positivamente as criptos, por meio de marcas como FTX, Binance, Coinbase, Crypto.com e mais.

Em um comercial do Super Bowl com LeBron James em sua versão de 2022 e de 2003, o Crypto.com destacou que os investidores precisam fazer suas próprias pesquisas, sendo esta a mensagem central para os anúncios da Binance.

Lorena Matos/MoneyTimes

Wall Street continua otimista com a Coinbase após colapso crypto



A Coinbase caiu vertiginosamente este ano, junto com a queda nos preços do Bitcoin, e viu seu valor de mercado encolher de um pico de mais de US\$ 75 bilhões no ano passado para US\$ 12,5 bilhões. Mas Wall Street permanece otimista com a ação.

A bolsa de criptomoedas registra queda de quase 77% no ano, negociada muito abaixo do preço de fechamento do primeiro dia de negociação em abril do ano passado, de US\$ 328,28.

Mas os analistas ainda recomendam amplamente a ação, apesar de seu balanço mais fraco do que o esperado no primeiro trimestre.

O papel tem classificação de compra de 22 analistas, segundo dados compilados pela Bloomberg. Enquanto cinco dão classificação neutra,

Mercado crypto dá sinal de vida, mas bitcoin (BTC) caminha para sua maior sequência de perdas

O mercado crypto parece estar dando sinal de vida, com o apetite dos investidores por ativos de risco voltando e devolvendo o bitcoin (BTC) ao patamar dos US\$ 30 mil.

O bitcoin — a maior criptomoeda do mercado — teve um aumento de 9,3% nas últimas 24 horas e, no momento de publicação desta notícia, estava cotada a US\$ 30.618, segundo dados do CoinMarketCap.

A criptomoeda mergulhou na madrugada da última quinta-feira (12), atingindo a marca dos US\$ 26.350, a pior marca desde dezembro de 2020.

A segunda maior criptomoeda do mercado — ethereum (ETH) — subiu 12,5%, ficando acima dos US\$ 2,1 mil.

Outras criptomoedas importantes para o mercado, como cardano (ADA) e solana (SOL), por exemplo, tiveram ganhos de 27,8% e 18%, respectivamente.

Apesar de o mercado comemorar a suada recuperação do bitcoin, a atual cotação da criptomoeda ainda está distante dos US\$ 45 mil, observados em fevereiro deste ano, antes da guerra entre Rússia e Ucrânia, e da máxima histórica de US\$ 68,789, registrada em novembro de 2021.

Vitória Martini/MoneyTimes



apenas quatro recomendam a venda.

Mesmo Dan Dolev da Mizuho, com um dos preços-alvo mais baixos para a Coinbase, continua confiante na capacidade da empresa de estabilizar o preço de suas ações este mês, apesar de dizer que isso será atingido a um custo “muito alto”. Ele baixou o preço-alvo da ação de US\$ 135 para US\$ 60.

O preço-alvo médio da Coinbase é de cerca de US\$ 170, segundo dados da Bloomberg.

Grandes investidores também continuam a colocar dinheiro na bolsa de criptomoedas.

O terceiro maior acionista da Coinbase, a Ark Investment Management de Cathie Wood, aumentou sua participação, segundo relatório na quarta-feira. Wood,

que é conhecida por seu estilo obstinado de escolher a dedo empresas de crescimento de longo prazo com histórias visionárias, falou em um painel junto com o CEO da Coinbase Brian Armstrong na semana passada, onde eles defenderam o potencial das criptomoedas.

A Coinbase chegou a subir até 12% na quinta-feira, para US\$ 60,30, reduzindo parte do tombo de 26% de quarta-feira.

“A extensão desse declínio é muito exagerada e decorre, em grande parte, da falta de compreensão entre muitos investidores de varejo de quão bem capitalizada é a Coinbase”, disse Mark Palmer, analista de fintech da BTIG, que estabeleceu uma preço-alvo de US\$ 380 para a ação, um dos mais altos.

MoneyTimes

Capitão Antônio Rosa Investimentos SPE S.A.

CNPJ/ME nº 29.574.451/0001-14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, cumprindo as disposições legais, temos o prazer de submeter a V.Sas. as Demonstrações Contábeis anuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. São Paulo, 01 de Abril de 2022. A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.022	455
Imóveis a comercializar	5	138.231	101.097
Tributos a recuperar		3	2
Outros créditos	6	1.119	1.711
		140.375	103.265
Não circulante			
Aportes a receber – SCP's		–	50.700
Outros créditos		–	1
		–	50.701
Total do ativo		140.375	153.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	10	(232)	(222)
Prejuízo do exercício	–	(778)	(778)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	(1.010)	(1.000)
Prejuízo do exercício	–	(266)	(266)
Aumento de capital social	158.903	–	158.903
(-) Capital a integralizar	(79.761)	–	(79.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	79.152	(1.276)	77.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Capitão Antônio Rosa Investimentos SPE S.A. (“Companhia”), com sede em São Paulo-SP, foi constituída em 31 de janeiro de 2018. A Companhia tem por único objeto a incorporação e a administração de um empreendimento imobiliário comercial, no terreno situado na Rua Capitão Antônio Rosa nº 406/416, no bairro Pinheiros, CEP 01443-10, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no cadastro da Prefeitura municipal de São Paulo sob o nº 015.040.00069-2, por conta própria ou de terceiros, nos termos da Lei 4.591/69 e demais normas aplicáveis. Atualmente a Companhia está em fase de captação de recursos para as aquisições dos lotes necessários restantes para realização de seu empreendimento imobiliário, não obtendo até o momento nenhuma receita da operação. **Pandemia COVID-19:** A Administração fez suas avaliações dos impactos devido a pandemia relacionada ao COVID-19, que influenciaram diretamente no ramo da construção civil, assim como incertezas no mercado imobiliário. No entanto, devido ao atual estágio da Companhia, as negociações para aquisição de lotes não pararam e seguem cumprindo o cronograma e sem renegociações de financiamento até o momento. A Companhia continuará monitorando as condições de mercado e seguindo as determinações das autoridades governamentais brasileiras para o enfrentamento desta pandemia. Durante este período, nossas operações seguem com o cronograma previamente definido, em ritmo normal e de acordo com as nossas expectativas. Acompanharemos todas as informações disponíveis e avaliaremos os possíveis outros impactos, se houver, sobre as operações de negócios.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis – 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua conclusão em 1 de abril de 2022. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera. As principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local (reais). Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis – 3.1. Instrumentos financeiros: Conforme o IFRS 9/NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a) custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9/CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros a custo amortizado – Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (Nota 4), classificadas ao valor justo por meio do resultado. Conforme o IFRS 9/NBC TG 48, no reconhecimento inicial, os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo

amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores, credores para imóveis compromissados (Nota 8) e financiamentos imobiliários (Nota 9), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. **3.2. Apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis:** A apuração dos resultados da incorporação imobiliária será reconhecida conforme determinação do CPC 47 e da orientação OCP 04, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC, sobre o reconhecimento de receitas. O resultado das vendas imobiliárias, que engloba as receitas de vendas e os custos de terreno, construção e outros gastos inerentes à respectiva incorporação imobiliária, é apropriado ao resultado ao longo do processo de construção à medida que ocorre sua evolução financeira, utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo orçado total estimado do empreendimento, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 47 e na orientação técnica OCP 04, levando em consideração a análise das operações quanto ao atendimento dos requisitos previstos na referida orientação técnica para o reconhecimento de suas receitas e custos operacionais. **Transfêrencia continuada de riscos e benefícios:** A Companhia segue as orientações do CPC 47 e da OCP 04 para determinar quando os riscos e benefícios mais significativos inerente à propriedade das unidades imobiliárias vendidas são transferidos aos compradores. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avaliou as discussões dos temas no âmbito de um Grupo de Trabalho coordenado pela Comissão de Valores Imobiliários (CVI), culminando com a apresentação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de minuta da Orientação CPC 04, a qual foi por ele aprovada e norteou a aplicação da interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras. Caso a OCP 04 não tivesse sido emitida e a conclusão da Administração tivesse sido de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das unidades imobiliárias não são transferidos continuamente aos compradores ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária, os maiores impactos seriam a redução do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício de forma transitória, uma vez que o reconhecimento da receita e dos correspondentes custos e impostos se daria por ocasião da entrega das chaves. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor. São avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **3.4. Imóveis a comercializar:** São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Compostos pelo custo dos terrenos e gastos com materiais, mão de obra aplicada (própria ou contratada de terceiros), despesas com incorporação, vinculados aos empreendimentos imobiliários. Após conclusão das obras, os custos são apropriados proporcionalmente à cada unidade, em contas individuais e calculado com base no total de metros quadrados, que corresponderá a somatória das áreas úteis e comuns de cada propriedade. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades não comercializadas. O custo compreende a aquisição do terreno, contratação da construção e outros custos relacionados, os quais são apropriados ao custo total da obra e levados ao resultado proporcionalmente à fração ideal das unidades vendidas, na rubrica “Custo de imóveis vendidos”. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados para a conclusão e as despesas de vendas. Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição. No caso de operações de permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de apartamentos a construir, o valor do terreno adquirido pela Companhia é apurado com base no valor justo, avaliado pelo valor de venda à vista das unidades imobiliárias a serem entregues. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamentos de clientes no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo dos andamentos de obra do empreendimento. **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para ajuste ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **3.6. Fornecedores:** São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos de tais passivos, acrescido das variações cambiais, quando aplicável, incorridas até a data do balanço. **3.7. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos cor-

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(343)	(799)
Outras receitas		15	13
Resultado operacional		(328)	(786)
Resultado financeiro líquido	13	79	17
Resultado do exercício antes dos impostos		(249)	(769)
IRPJ e contribuição social – corrente		(17)	(9)
Prejuízo do exercício		(266)	(778)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Prejuízo do exercício	(266)	(778)	
Outros resultados abrangentes	–	–	
Total do resultado abrangente do exercício	(266)	(778)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

respondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. **3.8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data das demonstrações financeiras. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento a autoridades fiscais. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia está enquadrada no lucro presumido e optará pela obtenção do Regime Especial de Tributação – RET aplicável às incorporadoras imobiliárias, instituído pelo art. 1º da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004. Tem caráter opcional e irretratável enquanto perdurarem direitos de crédito ou obrigações do incorporador junto aos adquirentes dos imóveis que compõem a incorporação. O RET é calculado com base na alíquota de 4% sobre a receita de incorporação e venda de imóveis, dividindo-se em 1,71% de COFINS, 0,37% de PIS, 1,26% IRPJ e 0,66% de CSLL. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes das receitas nas atividades imobiliárias tributadas em regime de caixa e o valor registrado em regime de competência. **3.9. Ajustes a valor presente:** A Companhia analisou suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante. Portanto, não houve impacto dessa natureza nas demonstrações financeiras. **3.10. Provisão para contingências:** A provisão para contingências relacionadas a riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda, sendo essa a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. **3.11. Novas normas, revisões e interpretações: Alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021: CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Reforma da taxa de juros de referência:** Fornecem isenções que se aplicam as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma da taxa de juros, quando estas suscitam incertezas sobre o período ou valor dos fluxos de caixa, em transações de hedge ou instrumento de hedge. Vigente sobre exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. **CPC 23 e CPC 26 – Alteração do termo “material”:** Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações financeiras. Vigente sobre exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. **CPC 00 – Revisão sobre estrutura conceitual para relatório financeiro:** Revisão de alguns novos conceitos e definições atualizados para critérios de reconhecimento de Ativos e Passivos. Vigente sobre exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. **CPC 06 (R3) – Alterações de benefícios relacionados à COVID-19 em contratos de arrendamento:** As alterações prevêm concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Vigente sobre exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. A Administração da Companhia avaliou as alterações nas normas e, considerando as suas transações atuais, não identificou alterações ou impactos sobre suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	9	9
Conta corrente	608	–
Aplicações financeiras de liquidação imediata (a)	405	446
	1.022	455

(a) Em 31 de dezembro de 2021 refere-se a aplicação financeira no Banco Itaú (2020 – Banco Bradesco) com liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo de valor.

5. Imóveis a comercializar

	2021	2020
Custo total dos terrenos	103.866	81.191
Custo incorrido	27.415	14.237
Encargos financeiros	4.605	3.324
Comissões sobre aquisições	2.345	2.345
	138.231	101.097

6. Outros créditos

	2021	2020
Fundo de reserva (a)	937	942
Fundo de despesa (a)	164	133
Adiantamento a fornecedores	18	636
	1.119	1.711

(a) Referem-se a fundos de reserva e de despesas retidos, relacionados à operação de empréstimo – Cédula de Crédito Bancário (CCB).

7. Obrigações sociais e fiscais

	2021	2020
PCC sobre serviços de terceiros	44	15
IRRF sobre serviços de terceiros	10	2
CSLL a pagar	2	1
Outros	1	2
	57	20

8. Credores para imóveis compromissados

	2021	2020
Terrenos a pagar	14.101	10.010
	14.101	10.010

Refere-se aos valores a pagar decorrentes da aquisição de terrenos para construção do empreendimento. Os referidos montantes são atualizados conforme Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M).

9. Financiamentos imobiliários

	2021	2020
Financiamento a pagar	48.130	34.860
	48.130	34.860

Refere-se a Cédula de Crédito bancário da Companhia Hipotecária Piratini – CHP. O contrato foi assinado em julho de 2020 e o vencimento ocorre em 724 dias a contar da data de emissão. Sobre a operação incidem juros de 7,5% a.a. ou 5% a.a. acrescidos à variação do CDI, dos dois o maior.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Das atividades operacionais			
Prejuízo antes do IRPJ e contribuição social	(249)	(769)	
Ativos e passivos operacionais			
(Aumento) redução em imóveis a comercializar	(37.134)	(23.976)	
(Aumento) redução em outros créditos	593	(1.269)	
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(1)	(2)	
Redução (aumento) em fornecedores	135	64	
Redução (aumento) em obrigações sociais e fiscais	37	(38)	
Redução (aumento) em credores para imóveis compromissados	4.091	(25.704)	
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(32.528)	(51.694)	
IRPJ e contribuição social pagos	(17)	(9)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(32.545)	(51.703)	

Das atividades de financiamento (com acionistas e com terceiros)

Aportes recebidos de Sociedade em Conta de Participação (SCPs)	50.700	16.407
Aportes pagos para Sociedade em Conta de Participação (SCPs)	(110.000)	(1.010)
Financiamentos imobiliários	13.270	34.860
Aumento de capital integralizado	79.142	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	33.112	50.257

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício	455	1.901
No final do exercício	1.022	455

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

	567	(1.446)
--	------------	----------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Movimentação do financiamento imobiliário em 2021

	2021
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	34.860
Liberações	13.270
Juros e correções	4.215
Amortizações de juros e correções	(4.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.130

Movimentação do financiamento imobiliário em 2020

	2020
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	–
Liberações	33.447
Juros e correções	759
Amortizações de juros e correções	(759)
Fundos de reserva e despesas	1.413
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.860

10. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito equivale ao montante de R\$ 79.152 mil, representado por 79.152 quotas (R\$ 10 mil em 31 de dezembro de 2020) com valor nominal R\$ 1 cada, sendo assim distribuídas:

Sócios	Quotas	Percentual (%)
NK 089 Empreendimentos e Participações S.A.	109.650	69,00%
(-) Total a integralizar	(54.534)	
Super Capitão Antonio Rosa Participações Ltda.	49.263	31,00%
(-) Total a integralizar	(25.227)	
	79.152	100,00%

O valor integralizado de capital social durante o exercício de 2021 no montante de R\$ 79.142, foi oriundo de conversão de valores dos aportes de SCP's anteriormente existentes, através de Instrumentos de Dissolução de SCP's no montante de R\$ 60.903, sendo que os aportes de SCP's realizados até 31 de dezembro de 2020 somam o montante de R\$ 59.300 e de 2021, o montante de R\$ 1.603. Adicionalmente, após o distrato dos contratos de SCP's através da dissolução delas, os sócios realizaram aportes financeiros no montante de R\$ 18.239.

11. Provisões para contingências – Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não possuía processos ou assuntos que requerem a constituição de provisões relacionadas a riscos e processos judiciais com probabilidade de perda provável ou de probabilidade possível a ser divulgada em nota explicativa.

12. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Assessoria jurídica	(215)	(745)
Assessoria contábil	(22)	(50)
Outras despesas gerais	(106)	(4)
	(343)	(799)

13. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	58	31
Juros ativos	33	1
	91	32
Despesas financeiras		
IOF sobre rendimentos	(9)	(10)
Tarifas bancárias	(2)	(2)
Juros e encargos financeiros	(1)	(3)
	(12)	(15)
	79	17

14. Gerenciamento de riscos – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar estes riscos, a Companhia possui contratos que lastreiam os ativos e passivos financeiros, mediante a aplicação de taxas pré-fixadas. **Risco de liquidez:** Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Com-

continua ...

Publicidade Legal

... continuação

panhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para

a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propos-

tas; – desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; – padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

15. Cobertura de seguros – Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para proteção de responsabilidade civil. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera

suficiente para cobrir eventuais sinistros.

16. Eventos subsequentes – Conforme destacado na nota explicativa nº 1 a Companhia permanece monitorando a pandemia do COVID-19 e, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, nenhum impacto adicional foi identificado. Além disso, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram demais fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Diretoria

Daniel Gonçalves Lopes Ribeiro – Diretor

Marcel Chalem – Diretor

Contador

Andre Ferreira Felcar – CRC 1SP 289.252/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

Capitão Antonio Rosa Investimentos SPE S.A. – São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Capitão Antonio Rosa Investimentos SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Capitão Antonio Rosa Investimentos SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Continuidade operacional: Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia está em

fase de captação de recursos e aquisições dos lotes restantes, os quais serão necessários para a realização de seu empreendimento imobiliário, não obtendo até o momento nenhuma receita da operação. Esta situação tem gerado prejuízos, os quais dependem do início da operação da Companhia para sua reversão. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1 de abril de 2022.

Crowe Macro Auditores Independentes

CRC 2SP 031.004/O-6

Diego Del Mastro Monteiro – Contador – CRC 1SP 302.957/O-3

Fábio Debiase Pino – Contador – CRC 1SP 251.154/O-9

Centro Saneamento e Serviços Avançados S.A.

CNPJ/MF nº 61.603.387/0001-65 – NIRE 35.300.508.203

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária (Adiamento)

Em virtude de pedido de acionistas, foi adiada a Assembleia Geral Ordinária que aconteceria em 11/05/2022, previamente convocada. Desta forma, ficam convocados os senhores acionistas, como também convidados os senhores Diretor Presidente, Diretor Financeiro e os Membros do Conselho de Administração, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, sob a Forma Exclusivamente Digital, às 15:00 horas do dia 23/05/2022, via videoconferência, por meio da ferramenta Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de tratar da seguinte ordem do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e apreciação do respectivo relatório de auditoria; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido correspondente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e distribuição de resultados; e (iii) apresentação dos resultados da Companhia relativos ao 1º Trimestre do ano fiscal 2022. Para acesso ao link e admissão na assembleia, será necessário que o participante envie os documentos comprobatórios de sua identidade, no caso de pessoas físicas (documento oficial de identificação e CPF), e cópia do contrato social no caso de pessoa jurídica, bem como os documentos comprobatórios de sua legítima representação, se o caso, para o endereço eletrônico vitoria.silva@centroservicos.com.br, com cópia para o Jurídico no endereço eletrônico thais.manilha@centroservicos.com.br, até trinta minutos antes do horário estipulado para abertura dos trabalhos. As procurações deverão ter reconhecimento de firma, ou ser assinadas por certificado digital. As cópias de documentos deverão ser autenticadas por cartório, ou na forma do artigo 28, da IN DREI nº 81/2020. A via física do documento de identidade deverá estar na posse do acionista ou representante que se fizer presente na assembleia e deverá ser exibida em vídeo previamente à instalação do conclave. A participação e a votação à distância deverão ocorrer mediante atuação remota, via Plataforma Digital. Considerar-se-á presente na assembleia, o acionista que, pessoalmente ou por meio de representante, registre sua presença na Plataforma Digital. Para todos os fins legais, a assembleia digital será considerada como realizada na sede da Companhia. Não obstante a prévia publicação e disponibilização aos acionistas das contas da Companhia, serão disponibilizados, mediante envio aos endereços eletrônicos dos acionistas e demais convidados: (a) as Demonstrações Financeiras auditadas, que incluem as Notas Explicativas da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes; (b) o Reporting com os resultados e o EBITDA da Companhia relativos ao exercício de 2021, que compõe o Relatório da Administração; (c) a ata de reunião do Comitê de Auditoria; e (d) o Reporting com os resultados e o EBITDA da Companhia relativos ao 1º Trimestre do ano fiscal 2022. Barueri, 13 de maio de 2022. Philippe Meyer Mari – Presidente do Conselho de Administração. (13, 14 e 17/05/2022)

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Ordinária e Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 11 de maio de 2022

Data, Hora e Local: No dia 11 de maio de 2022, às 09:00 horas, na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia" ou "GPS"). **Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Marcos Luiz Abreu de Lima, Piero Paolo Picchioni Minardi, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Otávio Yazbek e Amaury Guilherme Bier, os quais participaram remotamente nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração e o Conselheiro Suplente, senhor Luis Carlos Martinez Romero, nos exatos termos da previsão contida no parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regimento Interno do Conselho de Administração. Foi registrada também a presença, como convidados, dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia ("COAUD-GPS"), a saber, senhores Marcos Luiz Abreu de Lima, na qualidade de coordenador do COAUD-GPS e Daniel Abraham Loria, especificamente para apoio às discussões relativas à PD.CA_GPS-17-2022 descrita na Ordem do Dia a seguir. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: em Reunião Ordinária:** PD.CA_GPS-17-2022: exame, discussão, votação e aprovação das informações contábeis trimestrais contidas no formulário de informações trimestrais – ITR da Companhia referente ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2022 ("Informações Financeiras 1T2022"), acompanhadas do relatório de revisão limitada dos auditores independentes da Companhia, dos comentários de desempenho do referido trimestre e da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria da Companhia. **Em Reunião Extraordinária:** PD.CA_GPS-18-2022: análise, deliberação e aprovação de Proposta de Alteração e Consolidação do Regimento Interno do CA-GPS ("Regimento CA-GPS"), contemplando a alteração: a) do inciso (iii) de seu artigo 8º, uma vez que, por força do inciso I do artigo 289 da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.s), não há mais a obrigatoriedade de que as Demonstrações Financeiras sejam publicadas no órgão oficial da União ou do Estado, conforme o lugar em que esteja situada a sede da Companhia; e b) da numeração dos artigos 26 a 29 do Capítulo VIII – Disposições Gerais para 27 a 30, corrigindo-se, assim, erro de numeração dos artigos do Regimento CA-GPS. **Discussões e Deliberações:** iniciada a Reunião Ordinária relativa à PD.CA_GPS-17-2022, após exame e discussão da matéria, os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, as Informações Financeiras 1T2022, acompanhadas do relatório de revisão limitada dos auditores independentes da Companhia, dos comentários de desempenho do referido trimestre e da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria da Companhia com recomendação pela aprovação pelo CA-GPS – conforme referidos documentos de suporte previamente disponibilizados no Portal do CA-GPS. Em Reunião Extraordinária relativa à PD.CA_GPS-18-2022, após análise e deliberação da matéria, os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas: a) a alteração do inciso (iii) do artigo 8º do Regimento Interno do CA-GPS, o qual passará à seguinte nova redação: "Artigo 8º. O secretário da reunião do Conselho de Administração, nomeado pelo Presidente ou por seu substituto em caso de ausência do Presidente, tem as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que venham a lhe ser conferidas conforme necessário:...(iii) arquivar as atas e deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nos órgãos competentes e providenciar sua publicação conforme previsto na legislação aplicável."; e b) a alteração da numeração dos artigos 26 a 30 do Capítulo VIII – Disposições Gerais, os quais passarão a ser 27 a 30, corrigindo-se, assim, erro de numeração dos artigos do Regimento CA-GPS. Ato contínuo, foi aprovada por unanimidade de votos e sem ressalvas a consolidação do Regimento Interno do CA-GPS, o qual será firmado pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário e divulgado nos sites da CVM (gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.gpsa.com.br), ficando uma cópia arquivada na sede da Companhia. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 11 de maio de 2022. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Otávio Yazbek; Amaury Guilherme Bier; e Luis Carlos Martinez Romero. (confere com o original lavrado em livro próprio). José Caetano Paula de Lacerda – Presidente; Cláudio Petruz – Secretário.

Moedas Globais: índice DXY do dólar recua, com ajuste após avanço recente

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, caiu nesta sexta-feira, com ajustes após ele superar nesta semana máximas em cerca de 20 anos. O quadro de maior apetite por risco também pressionou a divisa, que caiu mais após relatório da Universidade Michigan sobre o sentimento do consumidor e as expectativas de inflação nos Estados Unidos.

No fim da tarde em Nova York, o dólar subia a 129,32 ienes, o euro avançava a US\$ 1,0402 e a libra tinha alta a US\$ 1,2242. O DXY caiu 0,27%, a 104,563 pontos, com alta de 0,87% na comparação semanal.

O DXY mostrou fraqueza desde o início da sexta-feira, após no dia anterior ter batido máximas desde novembro de 2022. Além disso, o quadro nos mercados internacionais em geral era de maior apetite por risco, com bolsas recuperando-se após perdas recentes dos dois lados do Atlântico.

Isto é Dinheiro

NC PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 05.491.842/0001-07

ERRATA

As Demonstrações Financeiras desta Companhia, veiculadas na edição de 22/04/2022,

onde se lê: Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

leia-se: Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5079	Peso (Chile) - 0,005937
Dólar (EUA) - 5,1075	Peso (México) - 0,254
Franco (Suíça) - 5,1014	Peso (Uruguai) - 0,1223
Iene (Japão) - 0,03952	Yuan (China) - 0,7524
Libra (Inglaterra) - 6,2546	Rublo (Rússia) - 0,08271
Peso (Argentina) - 0,04351	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3179

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6B0B-ABE5-6E84-5C90.

MNLT S.A.

CNPJ/MF nº 12.592.831/0001-89

Relatório da Administração

Aos Acionistas, **Mensagem da Administração:** A MNLT S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo. Até o final de 2018, a Companhia exercia atividades relacionadas a pagamentos eletrônicos, tais como (a) autorização e captura de operações; (b) transmissão, autorização e declaração financeira de operações; (c) venda ou aluguel de hardware de ponto de venda relacionados aos itens anteriores; (d) processamento de operações, (e) entre outras atividades, incluindo a antecipação de recebíveis mediante solicitação dos estabelecimentos comerciais. No mesmo ano, a Companhia, em razão de uma decisão estratégica de seus acionistas, deixou de ser uma companhia regulada pelo Banco Central do Brasil. Desde então, a Companhia possui como atividade principal a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, aci-

nista ou quotista. Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no FIDC TAPSO, e com isto, a MNLT continua gerando resultado financeiro positivo. Em 31 de março de 2022, os ativos totalizaram R\$ 1.584 milhões, apresentando um aumento de 2,8% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 1.541 milhões. O aumento é reflexo da valorização das aplicações financeiras ao longo do primeiro trimestre de 2022. Em 31 de março de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.563 milhões, representando um aumento de R\$ 41 milhões em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$ 1.521 milhões. O aumento deve-se ao lucro do período de 2022. No trimestre findo em 31 de março de 2021, o lucro líquido totalizou R\$ 41 milhões, representando um aumento de 15,2% em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2021, quando totalizou R\$ 36 milhões.

O aumento é explicado por um resultado financeiro maior, motivado pelo aumento na taxa básica de juros econômica. **Declaração da Diretoria:** Em conformidade com o inciso VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da MNLT declaram que discutiram, reviram e concordaram com as informações financeiras intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes. **A Administração**

Balanco Patrimonial em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	220.311	229.703
Aplicações financeiras	5	1.325.616	1.261.846
Tributos a recuperar		3.501	7.890
Outros créditos		146	105
Total do ativo circulante		1.549.574	1.499.544
Ativo não circulante			
Contas a receber de partes relacionadas	7	2.091	1.976
Outros créditos		86	84
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	32.705	39.557
Imobilizado, líquido		73	107
Total do ativo não circulante		34.955	41.724
Total do ativo		1.584.529	1.541.268

Passivo	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores		235	237
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		8.155	5.851
Dividendos a pagar		1.212	1.212
Obrigações tributárias	8	3.031	2.954
Outras contas a pagar		6	96
Total do passivo circulante		12.639	10.350
Passivo não circulante			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		506	725
Contas a pagar a partes relacionadas	7	8.000	8.238
Provisão para contingências	9	629	921
Total do passivo não circulante		9.135	9.884
Total do passivo		21.774	20.234
Patrimônio líquido	10		
Capital social	10 a)	1.324.653	1.324.653
Reserva de capital	10 b)	7.563	7.098
Reserva de lucros	10 c)/d)	189.283	189.283
Lucro do período		41.256	-
Total do passivo e patrimônio líquido		1.584.529	1.541.268

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.024.653	5.122	25.960	36.914	-	2.092.649
Pagamento baseado em ações	13	-	579	-	-	579	579
Constituição de reserva para investimento		-	-	-	-	35.667	35.667
Saldo em 31 de março de 2021		2.024.653	5.701	25.960	36.914	35.667	2.128.895
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.324.653	7.098	32.341	156.942	1.521.034	1.521.034
Pagamento baseado em ações	13	-	465	-	-	465	465
Lucro líquido do período		-	-	-	-	41.256	41.256
Saldo em 31 de março de 2022		1.324.653	7.563	32.341	156.942	41.256	1.562.755

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A MNLT S.A. ("Companhia" ou "MNLT"), constituída em setembro de 2010, é uma empresa controlada pela Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone") e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 20º andar. A Companhia é uma sociedade por ações que tinha como objeto principal a operação de aquisição, que compreendia a prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Dinners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento e estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. A operação com cartões de crédito e débito consistia na captura, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões das mencionadas bandeiras. A MNLT, pela prestação desses serviços, cobrava dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tinha por objetivo: (i) remunerar a bandeira e o emissor dos cartões de crédito e débito com o repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; e (ii) remunerar os serviços prestados pela MNLT. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos. Em 31 de outubro de 2018 a Companhia cessou sua operação de aquisição, mantendo a licença junto ao Banco Central do Brasil ("Bacen"). Em 4 de dezembro de 2018, após o encerramento de suas atividades, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no FIDC TAPSO, e com isto, a MNLT continuou gerando resultado financeiro positivo. A MNLT S.A. obteve o registro em 11 de fevereiro de 2022 na categoria de registro "B" na comissão de valores imobiliários (CVM).

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias – 2.1. Declaração de conformidade: As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), equivalente a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) aplicáveis à elaboração da Informação Trimestral – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração da Informação Trimestral – ITR. A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias. As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Base de preparação e apresentação: A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2022. A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCP 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. A elaboração das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, determinação da vida útil dos ativos não-financeiros e provisão para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. A emissão destas informações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de maio de 2022.

3. Principais políticas contábeis – As informações financeiras intermediárias aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas, práticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados e apresentados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** Não existem novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, que na opinião da Administração, que possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos em bancos nacionais	288	827
Aplicações financeiras (i)	220.023	228.876
Total	220.311	229.703

(i) Referem-se preponderantemente a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários com liquidez diárias e risco insignificante de mudança de valor, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas pactuadas.

5. Aplicações financeiras

	31/03/2022	31/12/2021
Cotas FIDC TAPSO	1.325.616	1.261.846
Total	1.325.616	1.261.846

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") denominado FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade do regulamento; e (ii) ativos financeiros, observados os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, conforme estabelecidos no Regulamento. A movimentação das aplicações financeiras segue abaixo:

	31/03/2022	31/03/2021
Saldo inicial	1.261.846	2.028.059
(+) Ganho com valorização das cotas do FIDC	63.770	64.106
Saldo final	1.325.616	2.092.165

O FIDC TAPSO pertence 99,8% a StoneCo e suas controladoras (99,8% em 31 de dezembro de 2021), sendo que em 31 de março de 2022 a MNLT detém 12,8% das cotas (12,8% em 31 de dezembro de 2021), a Stone 43,8% (43,8% em 31 de dezembro de 2021), a Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me") 1,6% (1,6% em 31 de dezembro de 2021), a StoneCo 34,4% (39,4% em 31 de dezembro de 2021) e a PDCA S.A. ("PDCA") 7,2% (7,2% em 31 de dezembro de 2021). O FIDC deve manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"). Apesar da duração do FIDC ser de 20 anos, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

6. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	62.375	52.338
Alíquotas vigentes – %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(21.208)	(17.795)
Incentivos fiscais	108	33
Despesas permanentes	(19)	1.091
Imposto de renda e contribuição social	(21.119)	(16.671)
Impostos correntes	(14.267)	(11.167)
Impostos diferidos	(6.852)	(5.504)
Imposto de renda e contribuição social	(21.119)	(16.671)
Alíquota efetiva (%)	34%	32%

	31/12/2021	Movimentação	31/03/2022
Diferenças temporárias	2.216	634	2.850
Prejuízo fiscal/Base negativa (i)	47.708	(6.148)	41.560
Total ativo fiscal diferido	49.924	(5.514)	44.410
Reconhecimento de receita FIDC (ii)	(10.367)	(1.338)	(11.705)
Total passivo fiscal diferido	(10.367)	(1.338)	(11.705)

	31/12/2020	Movimentação	31/03/2021
Diferenças temporárias	956	537	1.493
Prejuízo fiscal/Base negativa	68.722	(5.546)	63.176
Total ativo fiscal diferido	69.678	(5.009)	64.669
Reconhecimento de receita FIDC	(12.946)	(495)	(13.441)
Total passivo fiscal diferido	(12.946)	(495)	(13.441)

Imposto de renda e contribuição social diferidos **56.732** **(5.504)** **51.228**
 (i) Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía prejuízo fiscal de R\$ 122.070 (R\$ 140.151 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa da contribuição social de R\$ 122.708 (R\$ 140.789 em 31 de dezembro de 2021) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição. (ii) Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis.

7. Transações com partes relacionadas – As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas do Grupo StoneCo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações referem-se a despesas compartilhadas entre partes relacionadas e estão demonstrados a seguir:

Ativo	31/03/2022	31/12/2021
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador direto)	788	1.372
Cappta S.A. (controlador final comum)	268	254
BUY4 Processamento de Pagamento S.A. (controlador final comum)	22	81
Pagar.me Instituição de Pagamentos S.A. (controlador direto comum)	155	80
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	5	8
Equals S.A. (controlador final comum)	17	41
PDCA S.A. (controlador final comum)	88	83
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	1	4
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	20	6
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum)	622	-
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador direto comum)	11	10
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	1	11
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	47	1
Linx Telecomunicações Ltda (controlador final comum)	25	-
Linx S.A. (controlador final comum)	6	-

Demonstração do Resultado – Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Despesas gerais e administrativas	11	(3.189)	(1.628)
Outras receitas (despesas) operacionais	11	(317)	(6.456)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos		(3.506)	(8.084)
Receitas financeiras	12	65.853	61.418
Despesas financeiras	12	28	(996)
Resultado financeiro, líquido		65.881	60.422
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		62.375	52.338
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(14.267)	(11.167)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(6.852)	(5.504)
Lucro líquido do período		41.256	35.667
Lucro por ação	14		
Lucro básico e diluído por ação – (em Reais)		0,0183	0,0158

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Demonstração do Resultado Abrangente – Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período	41.256	35.667
Total do resultado abrangente do período	41.256	35.667

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período		41.256	35.667
Ajustes ao lucro líquido:		(56.713)	(52.261)
Depreciação e amortização		34	80
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	6.852	5.504
Receitas financeiras, líquidas		(63.770)	(64.106)
Provisão para contingências	9	(294)	5.682
Pagamento baseado em ações	13	465	579
Varições nos ativos e passivos		6.065	(3.691)
Tributos a recuperar		4.389	(317)
Outros créditos		(43)	(57)
Contas a receber de partes relacionadas		(115)	(574)
Fornecedores		(2)	(69)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.085	858
Obrigações tributárias		8.584	13.115
Outras contas a pagar		(90)	-
Provisão para contingências		2	(5.196)
Contas a pagar a partes relacionadas		(238)	(76)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.077)	(11.375)
Caixa líquido das atividades operacionais		(9.392)	(20.285)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(9.392)	(20.285)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	229.703	46.433
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	220.311	26.148

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Demonstração do Valor Adicionado – Períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	31/03/2022	31/03/2021
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	(398)	(3.541)
(398)	(3.541)	
Valor adicionado bruto		
Depreciação e amortização	(34)	(80)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(432)	(3.621)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	69.065	64.414
69.065	64.414	

Publicidade Legal

... continuação

como a seguir apresentado:

	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhistas (i)	278	271
Cíveis (ii)	5.932	5.795
Tributárias (iii)	4.129	4.031
	10.339	10.097

(i) Refere-se principalmente a processos trabalhistas em que a MNL T é responsável solidária em condenações processuais de funcionários de parceiros ou empresa terceira contratada. (ii) Refere-se principalmente a processos cíveis que têm como objeto principal a divergência de taxas cobradas versus as previstas em contratos ou liquidações não realizadas dentro do prazo estipulado. (iii) Refere-se principalmente a processos tributários que têm como objeto principal o aproveitamento de créditos tributários.

10. Patrimônio líquido – a) **Capital social:** Em 31 de março de 2022, o capital social está dividido em 2.260.490.292 ações ordinárias e 10 ações preferenciais (2.260.490.292 ações ordinárias e 10 preferenciais em 31 de dezembro de 2021), sendo todas ordinárias, distribuídas entre o acionista como segue:

Acionistas	País sede	Ações	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
			Ações	Ações
Stone Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	Ordinárias	2.260.490.292	2.260.490.292
Stone Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	Preferenciais	10	10
Total do Capital Social			2.260.490.302	2.260.490.302

b) **Reserva de capital:** Em 31 de março de 2022, a MNL T constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 465 (R\$ 579 em 31 de março de 2021) para a distribuição de remunerações baseadas em ações (Nota 13). c) **Reserva legal:** Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, a MNL T deve constituir reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder a 20% do capital social. No Total R\$ 32.341 em 31 de março de 2022 (R\$ 25.960 em 31 de março de 2021). d) **Reserva de lucros para expansão:** A reserva de lucros para expansão foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, e alterações com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. No total de R\$ 156.942 em 31 de março de 2022 (R\$ 36.914 em 31 de março de 2021). e) **Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme na forma prevista do artigo 205 da lei das sociedades por ação. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 1.212, a serem pagos até 31 de dezembro de 2022.

11. Despesas – 11.1. Despesas por natureza

Natureza	31/03/2022	31/03/2021
Despesa de pessoal	(3.109)	(2.011)
Captura e processamento (i)	(305)	(349)
Depreciação e amortização	(34)	(80)
Serviços de terceiros	(43)	(88)
Telefonia	(8)	(11)
Outras despesas administrativas	(240)	(489)
Outras (receitas) despesas operacionais	233	(5.056)
Total	(3.506)	(8.084)

(i) Refere-se a despesas de manutenção de licença. **11.2. Despesas por função**

Função	31/03/2022	31/03/2021
Despesas gerais e administrativas	(3.189)	(1.628)
Outras despesas operacionais	(317)	(6.456)
Total	(3.506)	(8.084)

12. Resultado financeiro, líquido

	31/03/2022	31/03/2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações em cotas (i)	60.559	61.112
Ganhos com variações monetárias e cambiais	-	140
Rendimentos de aplicações financeiras	5.259	166
Outras receitas financeiras	35	-
Total	65.853	61.418

Despesas financeiras

Outras despesas financeiras	28	(996)
Total	28	(996)

Resultado financeiro, líquido

	65.881	60.422
--	---------------	---------------

(i) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R\$ 3.211 em 31 de março de 2022 (R\$ 2.994 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 5).

13. Pagamento baseado em ações – Em setembro de 2018, a StoneCo outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) relativas aos seus instrumentos patrimoniais aos empregados de suas controladas, sendo que alguns destes empregados foram transferidos para a Companhia em 2019 e 2020 em função de alterações administrativas estratégicas no grupo. A partir da data destas movimentações as despesas de tais concessões passaram a ser reconhecidas na Companhia. A maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada é reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado a condições de desempenho individual e corporativa, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“vesting period”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. Em 2022, foram outorgadas 2.528 novas UARs, com preço da ação de R\$ 312,32, e foram canceladas 2.528 UARs. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio. As movimentações relativas aos períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021 de UARs são apresentadas abaixo:

	UARs
Saldos em 31 de dezembro de 2020	173.750
Emitidas	
Transferências entre empresas do grupo	27.715
Saldos em 31 de março de 2021	201.465
Saldos em 31 de dezembro de 2021	163.986
Outorgas	2.528
Transferências entre empresas do grupo (i)	(18.507)
Canceladas	(2.528)
Saldos em 31 de março de 2022	145.479

(i) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo. Em 31 de março de 2022, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 245 (R\$ 1.054 em 31 de março de 2021) e reserva de capital no montante de R\$ 465 (R\$ 579 em 31 de março de 2021) referente à remuneração baseada em ações.

14. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações

ordinárias disponíveis durante o período. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período	41.256	35.667
Número médio ponderado de ações	2.260.490.302	2.260.490.292
Média ponderada ajustada de ações	2.260.490.302	2.260.490.292
Lucro básico por ação – (em reais)	0,0183	0,0158
	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período	41.256	35.667
Número médio ponderado de ações	2.260.490.302	2.260.490.292
Média ponderada ajustada de ações	2.260.490.302	2.260.490.292
Lucro diluído por ação (em reais)	0,0183	0,0158

15. Instrumentos financeiros – 15.1. Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo (“Tesouraria Global”) no nível de Grupo, preparado pelo time de gerenciamento de riscos e aprovado pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria (“Tesouraria Local”) executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A propagação global da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, resultou no fechamento temporário ou permanente de lojas ou instalações de muitos clientes. A contínua turbulência nos mercados de capitais pode afetar adversamente a capacidade de acessar capital para atender às necessidades de liquidez, executar a estratégia existente, buscar mais expansão de negócios e manter crescimento da receita. Em 31 de março de 2022 a Companhia monitora os riscos de perto e pretende seguir as diretrizes de saúde e segurança à medida que elas evoluem. (i) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito. **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pela equipe de tesouraria da Companhia. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. (ii) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado. No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria Global gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas demonstrações financeiras são discutidos abaixo. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. **Risco de taxa de juros:** É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI. **Análise de sensibilidade de taxa de juros:** A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de março de 2022. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 31 de março de 2022 11,65% (9,15% em 31 de dezembro de 2021) para o DI, disponíveis na CETIP. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	31/03/2022	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	220.023	Diminuição do CDI	11,65%	8,74%	5,83%
		Diminuição do CDI	15,041	11,345	7,609
Aplicações financeiras	1.325.616	Diminuição do CDI	203.950	152.384	101.228
			218.991	163.729	108.837
Operação	31/12/2021	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	228.876	Diminuição do CDI	9,15%	6,86%	4,58%
		Diminuição do CDI	12,346	9,296	6,233
Aplicações financeiras	1.261.846	Diminuição do CDI	184.382	137.398	91.171
			196.728	146.694	97.404

Risco cambial: Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. (iii) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria local. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações perante terceiros. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela tesouraria local, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha aplicações financeiras de R\$ 228.876 que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos
Em 31 de março de 2022		
Fornecedores	235	-
Dividendos a pagar	1.212	-
Contas a pagar a partes relacionadas	-	8.000
Outras contas a pagar	6	-
Total	1.453	8.000

Em 31 de dezembro de 2021		
Fornecedores	237	-
Dividendos a pagar	1.212	-
Contas a pagar a partes relacionadas	-	8.238
Outras contas a pagar	96	-
Total	1.543	8.238

15.2. Instrumentos financeiros por categoria: (i) **Ativos conforme o balanço patrimonial**

	Custo amortizado	VJR	Total
Em 31 de março de 2022			
Aplicações financeiras	-	1.325.616	1.325.616
Contas a receber de partes relacionadas	2.091	-	2.091
Outros créditos	232	-	232
Total	2.323	1.325.616	1.327.939

Em 31 de dezembro de 2021			
Aplicações financeiras	-	1.261.846	1.261.846
Contas a receber de partes relacionadas	1.976	-	1.976
Outros créditos	189	-	189
Total	2.165	1.261.846	1.264.011

	Custo amortizado	Total
Em 31 de março de 2022		
Fornecedores	235	235
Dividendos a pagar	1.212	1.212
Contas a pagar a partes relacionadas	8.000	8.000
Outras contas a pagar	6	6
Total	9.453	9.453

(ii) **Passivos conforme o balanço patrimonial**

	31/03/2022	31/12/2021				
	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras						
(i)	1.325.616	1.325.616	II	1.261.846	1.261.846	II
Contas a receber de partes relacionadas	2.091	2.091	II	1.976	1.976	II
Outros créditos	232	232	II	189	189	II
Total	1.327.939	1.327.939		1.264.011	1.264.011	

(i) As aplicações financeiras são avaliadas pelo valor justo. Os valores correspondem integralmente a aplicação que a Companhia possui no FIDC TAPSO, sendo os valores classificados como nível II, o mesmo é valorizado por dados observáveis mais a uniformização dos critérios contábeis. A receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis

	31/03/2022	31/12/2021				
	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia
Passivos financeiros						
Fornecedores	235	235	II	237	237	II
Dividendos a pagar	1.212	1.212	II	1.212	1.212	II
Contas a pagar a partes relacionadas	8.000	8.000	II	8.238	8.238	II
Outras contas a pagar	6	6	II	96	96	II
Total	9.453	9.453		9.783	9.783	

15.4. Compensação de instrumentos financeiros: Os saldos de ativos e passivos financeiros são compensados (ou seja, apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor líquido) somente se a Companhia atualmente possuir o direito de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida. **15.5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no caixa líquido/dívida líquida ajustado(a). O caixa líquido/dívida líquida ajustado(a) é calculado como caixa ajustado (incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e contas a receber de partes relacionadas conforme demonstrado no balanço patrimonial), líquido da dívida ajustada (se existente na data do balanço, conforme demonstrado no balanço patrimonial). A estratégia da Companhia é manter um caixa líquido ajustado positivo. O caixa líquido ajustado em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 era o seguinte:

	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	220.311	229.703
Aplicações financeiras	1.325.616	1.261.846
Contas a receber de partes relacionadas	2.091	1.976
Caixa ajustado	1.548.018	1.493.525
Dívida ajustada	-	-
(-) Caixa líquido ajustado	1.548.018	1.493.525

16. Cobertura de seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A avaliação da cobertura dos seguros não foi escopo do trabalho dos auditores independentes, a qual é de responsabilidade da Administração. As coberturas em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	31/03/2022	31/12/2021
Riscos Cibernéticos	25.000	25.000
Total	25.000	25.000

17. Eventos subsequentes – Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Marcelo Baldin – Diretor Presidente

Carlos Fornereto – Contador CRC SP 266.728/O-8

Relatório sobre a Revisão de Informações Financeiras Intermediárias

À Diretoria e ao Conselho de Administração da MNL T S.A. – São Paulo-SP
Introdução: Revisamos as informações financeiras intermediárias da MNL T S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão: Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de

Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão: Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: As informações trimestrais acima

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74

Balancos Patrimoniais em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021			31/03/2022	31/12/2021		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	990	29	107.100	119.912	Fornecedores	10	4	27.113	14.312	
Contas a receber	9	-	-	14.509	13.415	Empréstimos e financiamentos	12	-	18.763	16.917	
Tributos a recuperar	1	1	-	1.263	878	Debêntures	13	194	765	3.131	
Despesas antecipadas		95	90	2.723	1.087	Obrigações sociais e trabalhistas		15	7.367	5.760	
Partes Relacionadas		-	-	-	-	Obrigações tributárias		12	3.887	4.001	
Dividendos a receber		800	22.000	-	-	Partes Relacionadas		24	-	-	
Outros ativos		-	-	-	388	Provisão para contingências		-	-	-	
Total do ativo circulante		1.886	22.119	125.595	135.680	Dividendos a pagar		-	-	-	
						Arrendamentos	14	-	1.007	1.554	
Ativo não circulante						Provisão de conserva especial	16	-	744	2.833	
Fundos restritos	8	-	-	38.654	37.912	Outras obrigações	17	1	23.770	23.511	
Partes Relacionadas		-	-	-	-	Total do passivo circulante		257	83.419	72.018	
Depósitos judiciais		-	-	27.469	26.484	Passivo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	2.698	272	Empréstimos e financiamentos	12	-	652.926	657.368	
Outros ativos		-	-	160	708	Debêntures	13	77.412	92.439	274.563	281.338
Investimentos	10	613.584	622.249	7.363	7.363	Fornecedores	14	-	-	54	5.603
Imobilizado		-	-	3.849	3.995	Arrendamentos	15	-	-	5.568	4.646
Intangível	11	-	-	1.369.622	1.376.772	Provisão para contingências		-	25	-	-
Direito de uso	14	-	-	1.138	5.445	Partes Relacionadas		-	-	-	-
Total do ativo não circulante		613.584	622.249	1.450.952	1.458.951	Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-
						Dividendos a pagar		-	-	-	-
Total do ativo		615.470	644.368	1.576.549	1.594.631	Provisão de conserva especial	16	-	11.717	11.258	
						Outros passivos		-	10.500	10.500	
						Total do passivo não circulante		77.412	92.464	955.329	970.713
						Patrimônio líquido					
						Capital social	19	472.265	472.264	472.264	472.265
						Reservas de Capital		-	-	-	-
						Reservas de lucro	19	79.635	79.635	79.635	79.635
						Ajustes de exercício anteriores		-	-	-	-
						Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-
						Lucros (prejuízos) acumulados	19	(14.098)	-	-14.098	-
						Total do patrimônio líquido		537.801	551.899	537.801	551.900
						Total do passivo e patrimônio líquido		615.470	644.368	1.576.549	1.594.631

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Receita líquida de serviços	20				
Receita de construção	20	-	-	57.096	-
				14.829	-
				71.925	-
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(36.826)	-
Custo de construção	21	-	-	(14.681)	-
				20.418	-
Gerais e administrativas	22	(244)	(12)	(14.677)	(134)
Resultado de equivalência patrimonial		(8.665)	(122)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	106	-
		(8.909)	(134)	5.847	(134)
Receitas Financeiras	23	1	-	2.831	-
Despesas Financeiras	23	(5.190)	-	(25.203)	-
		(14.098)	(134)	(16.525)	(134)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	2.427	-
		(14.098)	(134)	(14.098)	(134)
		(29.852)	134,26	(29,852)	134,26

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Prejuízo do período		(14.098)	(134)	(14.098)	(134)
Total do resultado abrangente do período		(14.098)	(134)	(14.098)	(134)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social		Reserva legal		Reserva de lucro a realizar		Reserva de recompra de ações e de investimentos		Total
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Em 31 de dezembro de 2020		1								(132)
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	-	40	-	-	-	-	-	-	40
Prejuízo do período	19	-	-	-	(134)	-	-	-	-	(134)
Em 31 de março de 2021		1	40		(267)					(226)
Em 31 de dezembro de 2021		472.264		3.980	18.980			56.674	551.898	
Prejuízo do período		-	-	(14.098)	-	-	-	-	-	(14.098)
Em 31 de março de 2022		472.264		(14.098)	3.980	18.980		56.674	537.801	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Notas Explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Capri Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.236.143.190, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 14 de julho de 2020. Posteriormente, em 21 de setembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Monte Rodovias Holding e Participações S.A. Em 09 de julho de 2021, a razão social da Companhia foi alterada para Monte Rodovias S.A. ("Companhia" ou "Monte Rodovias"). A Monte Rodovias tem como objeto social: Holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo de Investimento M Rodovias"). Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. ("Verona") de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("FIP M Rodovias") e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento detido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente. A CBN, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (AGERBA), pelo prazo de 25 anos. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos. Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRA após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA. A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "SUAPE" (Governador do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro. A concessão é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco. Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRC após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC. A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 3 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010. Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de c/a aberta categoria A perante a CVM. A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. **1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas:** a) CBN: Em agosto de 2017, a

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(14.098)	(134)	(16.525)	(134)
Ajustes					
Margem de construção		-	-	(149)	-
Depreciação e amortização	11	-	-	21.695	-
Juros e variações monetárias, líquidas		5.167	-	24.522	-
Provisão para contingências	15	-	-	922	-
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	9	-	-	67	-
Provisão para conserva especial	16	-	-	(1.630)	-
Baixa do imobilizado e intangível		-	-	(106)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial		8.665	-	-	-
Resultado ajustado das operações		(266)	(134)	28.796	(134)
Varição dos ativos e passivos					
Contas a receber	9	-	-	(1.094)	-
Despesas antecipadas		(5)	-	(1.636)	-
Tributos a recuperar		-	-	(859)	-
Depósitos judiciais		-	-	(985)	-
Outros ativos		-	(23)	937	(23)
Fornecedores	6	-	-	12.801	112
Obrigações tributárias		11	1	(113)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		15	3	1.608	4
Provisão para perdas em investimentos		-	122	-	-
Outras obrigações		-	-	258	-
		(239)	(31)	39.713	(41)
Juros pagos		(8.296)	-	(20.635)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(8.535)	(31)	19.078	(41)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos		21.200	-	-	-
Adições ao intangível	11	-	-	(9.917)	-
Adições líquidas ao imobilizado		-	-	(27)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades de investimentos		21.200	-	(9.944)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização de financiamentos e debêntures	12/13	(11.704)	-	(15.698)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de capital recebidos		-	40	-	40
Baixas de arrendamento	14	-	-	(6.249)	-
Caixa líquido (consumido) gerado pelas das atividades de financiamentos		(11.704)	40	(21.947)	40
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		961	9	(12.813)	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	29	1	119.912	12
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7	990	10	107.099	11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receitas				
Receita de serviços	-	-	62.547	-
Receita de construção ICPC 01-R1	-	-	14.829	(12)
			77.376	(12)
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(115)	(4.933)	-	-
Custo de construção ICPC 01-R1	-	(14.681)	-	-
Serviços de terceiros e outros operacionais	-	(8.716)	-	-
Valor adicionado bruto	(115)	49.047	(12)	(134)
Depreciação e amort				

... continuação

(CIBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e (ii) em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA. Considerando que concessionária optou por não ajuizar a ação anulatória e, que agora não cabe mais discussão sobre o mérito, a probabilidade de perda é provável em relação aos pedidos formulados pelo CEW. Por fim, é importante ressaltar que as eventuais perdas com o Procedimento Arbitral, no âmbito da liquidação da sentença arbitral, poderão ter lastro no contrato de concessão, sendo passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias. Em 10 de janeiro de 2022, o Tribunal Arbitral estabeleceu o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Foi agendada prolação de sentenças de liquidação para o dia 09 de julho de 2022. Após a sentença as partes terão prazo para eventual pedido de esclarecimento.

2. Resumo das principais práticas contábeis – 2.1. Base de preparação: Declaração de conformidade: As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) (Deliberação CVM 673/11) – Demonstração Intermediária, que estabelece o conteúdo mínimo de uma informação contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. Desta forma, as informações trimestrais aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. Conforme permitido pela NBC TG 21 (R4) (Deliberação CVM 673/11) e com base nas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/Nº 003/2011, a Administração optou por não divulgar novamente o detalhamento apresentado nas Notas Explicativas nº 2 (principais políticas contábeis) e nº 3 (estimativas e julgamentos contábeis críticos) das Demonstrações Contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2021, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas anuais mais recentes. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias em conjunto com as Demonstrações Contábeis anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento. Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$). A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 12 de maio de 2022. **2.2. Consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de "Grupo").

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
Ativos	984.203	84.286	282.522	119.413	52.486	45.708	1.103.616	136.772	328.230
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
Passivos	(740.544)	(46.174)	(217.865)	-	-	-	(740.544)	(46.174)	(217.865)
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
Total dos ativos identificáveis líquidos	243.659	38.112	64.658	119.413	52.486	45.708	363.072	90.598	110.366
Total da contraprestação	-	-	-	-	-	-	370.436	41.671	46.051
Ágio (goodwill)	-	-	-	-	-	-	7.363	-	-
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	-	48.927	64.315	-

(a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11; (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integrou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do Purchase Price Allocation (PPA), determinou-se o valor do goodwill; e (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação ocorreu em abril de 2021. No decorrer deste período, vários aspectos influenciaram na melhoria do valor justo dos ativos como o repasse de dívidas, recuperação do crescimento de curva de tráfego etc.

4. Instrumentos financeiros – 4.1. Ativos financeiros: Classificação: O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ativo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas Controladas avaliam, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. **4.2. Passivos financeiros: Classificação:** A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos	Entre 13	Entre 25	37 meses
		12 meses	e 24 meses	e 36 meses	em diante
BNB-CBN	TJLP + 4% A.A.	494	330	191	72
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% A.A.	2.104	1.765	1.494	6.634
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% A.A.	911	753	627	2.287
Desenhahia-CBN	CDI + 3%	2.437	1.698	884	448
Debêntures – CRC	CDI + 3,95%	5.836	4.556	2.823	2.640
Debêntures – CRA	IPCA + 7,17% a.a.	23.046	19.031	18.697	171.901
Debêntures – Monte Rodovias	IPCA + 10,5% A.A.	9.887	9.583	9.531	42.548

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes. As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias destas informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo. As informações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as seguintes entidades:

Companhias consolidadas	Controle País	Participação no capital social (%)	
		31/03/2022	
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto Brasil	100,00	
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto Brasil	100,00	
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto Brasil	100,00	
Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto Brasil	100,00	

A Companhia adquiriu sua Controlada direta Verona em 16 de outubro de 2020, e suas Controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de março de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. **2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias. **2.4. Novas normas e interpretações:** No trimestre findo em 31 de março de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas.

3. Combinação de negócios na controlada – Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela controlada Verona: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição. Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (Purchase Price Allocation – PPA). A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
Ativos	984.203	84.286	282.522	119.413	52.486	45.708	1.103.616	136.772	328.230
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
Passivos	(740.544)	(46.174)	(217.865)	-	-	-	(740.544)	(46.174)	(217.865)
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
Total dos ativos identificáveis líquidos	243.659	38.112	64.658	119.413	52.486	45.708	363.072	90.598	110.366
Total da contraprestação	-	-	-	-	-	-	370.436	41.671	46.051
Ágio (goodwill)	-	-	-	-	-	-	7.363	-	-
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	-	48.927	64.315	-

Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores. **Reconhecimento e mensuração:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

5. Gestão de risco financeiro – 5.1. Fatores de risco financeiro: **a) Considerações gerais:** As atividades da Companhia e de suas Controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas. A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios. **b) Gerenciamento de riscos:** A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante. A Companhia e suas Controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **d) Risco de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas Controladas acompanham a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantêm contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha. **e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação:** A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros. A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia (Consolidado) em 31 de março de 2022 (valores expressos em milhares de R\$):

Verona	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Patrimônio líquido		Prejuízo do período
			Ativo	Passivo	
Verona	551.286.324	100	663.649	52.041	611.607 (8.665)
CRC	26.150.154	100	82.449	46.483	35.970 (327)
CRA	141.438.908	100	285.738	216.629	69.110 (643)
CBN	367.759.706	100	1.020.390	758.047	262.343 (3.857)

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2021	Aumento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos a receber	Aumento de capital	Saldo em
							31/03/2022
Verona	100%	622.249	-	(8.665)	-	-	613.584

10. Intangível

Intangível em infraestrutura

	31/03/2022		Líquido	Líquido
	Custo	Amortização acumulada		
Direito de concessão – mais valia	217.608	(7.905)	209.703	211.887
Edifícios e instalações	176.084	(40.724)	135.360	136.820
Direito de concessão de serviços públicos	433.670	(100.338)	333.332	337.587
Pavimentações e conservação especial	824.729	(282.123)	542.606	555.018
Demais melhorias e ampliações	-	-	-	-
Hardware e equipamentos de pedágio	35.350	(16.064)	19.286	19.754
Desapropriações	53.882	(8.493)	45.389	46.064
Máquinas e equipamentos	16.411	(9.540)	6.871	7.074
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	(9.325)	37.686	38.698
Móveis e utensílios	521	(328)	193	207
Obras em andamento	32.443	-	32.443	16.948
Total	1.837.709	(474.840)	1.362.869	1.370.057

Outros intangíveis

	31/03/2022	31/12/2021	
Softwares adquiridos de terceiros	3.557	(1.469)	2.088
Marcas e patentes	46	-	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4619	-	4.619
Total	8.222	(1.469)	6.753
Total	1.845.931	(476.309)	1.369.622

Contrato de concessão – infraestrutura: O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação	31/03/2022		Saldo em 31 de dezembro de 2021
	31/03/2022	31/12/2021	
	1.376.772	15.329	1.361.443
(+) Adições	15.329	-	15.329
(-) Baixas	-	-	-

Análise de sensibilidade: Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir: (i) **Seleção dos riscos:** A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA. (ii) **Seleção dos cenários:** Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidência (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II adverso possível 25%	Cenário III adverso extremo 50%
BNB – CBN	2026	Alta da TJLP	494	570	645
Desenhahia – CBN	2033	Alta da TJLP	911	1.064	1.216
Desenhahia – CBN	2034	Alta da TJLP	2.104	2.460	2.810

(iv) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI:** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II adverso possível 25%	Cenário III adverso extremo 50%
Desenhahia – CBN	2026	Alta do CDI	2.437	2.891	3.334
Debêntures – CRC	2026	Alta do CDI	5.836	6.856	7.852

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II adverso possível 25%	Cenário III adverso extremo 50%
Debêntures – Monte Rod	2031	Alta do IPCA	9.887	10.411	10.932
Debêntures – CRA	2036	Alta do IPCA	23.046	25.916	28.786

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 31 de março de 2022. **5.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim resumido:

	Nota 31/03/2022		31/12/2021	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	12	671.690	674.285	674.285
Debêntures				

... continuação

11. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/03/2022	31/12/2021
BNB (i)	CBN	2032	R\$ 10% a.a.	243.205	243.996
BNB (ii)	CBN	2035	R\$ 8,24% a.a.	183.955	184.507
BNB (iii)	CBN	2033	R\$ 2,94% a.a.	170.923	171.456
BNB (iv)	CBN	2026	R\$ TJLP + 4% a.a.	5.113	5.427
Desenbahia (v)	CBN	2034	R\$ TJLP + 3% a.a.	31.451	31.412
Desenbahia	CBN	2031	R\$ 10% a.a.	18.938	19.404
Desenbahia (vi)	CBN	2026	R\$ DI + 3% a.a.	19.244	19.223
Custos de captação			R\$	(1.140)	(1.140)
Total				671.689	674.285
Passivo circulante				18.764	16.917
Passivo não circulante				652.926	657.368

(i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses; (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 6 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses; (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses; e (vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. **a) Custo de captação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. **b) Garantias:** (i) As garantias da CBN para os

12. Debêntures

Contratante	Venci-mento	Moeda	Encargos financeiros	31/03/2022	31/12/2021
Debêntures IPCA	Monte Rodovias	2031	R\$ IPCA + 10,5% a.a	77.606	92.439
Debêntures IPCA – 12431	CRA	2036	R\$ IPCA + 7,17% a.a.	–	167.159
Debêntures CDI	CRC	2027	R\$ CDI + 3,95%	–	40.000
Custos de captação e estruturação				–	(9.438)
Total				77.606	92.439
Passivo circulante				194	764
Passivo não circulante				77.412	92.439

(i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciária da totalidade das ações da Emissora ("Companhia") e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora ("Companhia") e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações das controladas da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva); (ii) Em 02 de julho de 2021, a CRC emitiu 40.000 (quarenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%. O prazo total é de 6 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora (a) para o pré-pagamento e refinanciamento das seguintes operações: financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") à Emissora nos termos (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a Emissora em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a Emissora em 2 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em tempos em termos ("Dividas BNB"); e (b) para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debêntures. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são (i) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da ("Companhia"). (iii) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora (a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente, e (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão, e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são (i) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia e (iv) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio. **Cláusula restritiva ("covenants"):** Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2021. (i) Na CRC os índices financeiros medidos anualmente são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, Dívida Bruta máxima e Caixa mínimo foram cumpridas até 31 de dezembro de 2021. (ii) Na CRA o índice financeiro medido anualmente é o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), ainda não válido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 por estar ainda em período de carência, não havendo no período o pagamento de juros nem amortização do principal.

14. Provisão para contingências – Em 31 de março de 2022, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeriam o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, sendo:

	Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Cíveis		4.511	4.060
Trabalhistas		607	586
Tributárias		142	–
Outras		308	–
Total		5.568	4.646

Em 31 de março de 2022, as Controladas, tem ações de natureza cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 17.572 (R\$ 10.015 em 31 de dezembro de 2021). **15. Provisão para reserva especial** – Em 31 de março de 2022, o Grupo apresentava saldo de R\$ 744 no passivo circulante e R\$ 11.717 no passivo não circulante, totalizando R\$ 12.461 (R\$ 14.091 em 31 de dezembro de 2021), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo: (i) R\$ 9.367 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão referente os últimos 5 anos de vigência, descontados a valor presente, com taxas de 13,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos e cinco meses; (ii) R\$ 2.503 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses; e (iii) R\$ 591 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 35 anos.

16. Outras obrigações

	Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Cotas de FIDC a pagar (a)		18.134	18.134
Contribuição ao fundo socioambiental (b)		808	789
Outras obrigações (c)		4.827	4.588
Total		23.769	23.511

(a) Obrigação referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, adquiridas em 28 de dezembro de 2021. (b) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela controlada CRC, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental; e (c) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes.

Monte Rodovias S.A.

	Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa		57.026	54.715
Diferenças temporárias		(16.014)	(16.195)
IR/CSLL diferido sobre Ganho por Compra Vantajosa		(38.502)	(38.502)
Outros		189	255
Ativo diferido, líquido		2.699	272

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente Resultado antes do imposto de renda e contribuição social IR e CSLL à alíquota da legislação, 34% Adições/exclusões permanentes Adições/exclusões temporárias Outras adições/exclusões IR e CSLL correntes constituídos no período IR e CSLL diferidos constituídos no período **Total de IR e CSLL no resultado** IR e CSLL diferidos não constituídos no período

18. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de março de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020, representado por 1.000 ações). Em 22 de novembro de 2020, com a transformação da Companhia em sociedade por ações, mencionada na Nota Explicativa nº 1, o valor do capital social permaneceu inalterado com a mesma quantidade de ações (1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal). Em 09 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (Afac), no montante de R\$ 1.600. Em 26 de abril de 2021, foram subscritas 100.577.376 ações ordinárias, no montante de R\$ 100.627, as quais foram integralizadas mediante créditos decorrentes de contratos de mútuo junto à CRA no valor de R\$ 99.027 e conversão do Afac realizado em 09 de abril de 2021 no montante de R\$ 1.600. Em 28 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (Afac), no montante de R\$ 400. Em 28 de abril de 2021, foram subscritas 370.435.829 ações ordinárias, no montante de R\$ 370.436, as quais foram integralizadas mediante integralidade das ações representativas do capital social da CBN (Nota Explicativa nº 4). Em 09 de julho de 2021, foram subscritas 1.200.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.200, as quais foram totalmente integralizadas, parte delas com conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (Afac), no montante de R\$ 400. **b) Reservas legal e de lucros:** (i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital; e (ii) O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2021 era R\$ 79.635 e a Companhia registrou prejuízo de R\$ 14.098 no período findo em 31 de março de 2022.

19. Receitas

	Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Receitas de pedágio		60.593	699
Demanda de risco		1.275	–
Receitas acessórias		(5.452)	–
Impostos e contribuição sobre serviços		(19)	–
Outras deduções		57.096	–
Receita líquida de serviços		14.829	71.925
Receita de construção		–	–
Receita líquida		14.829	71.925

20. Custos

	Consolidado	31/03/2022	31/12/2021
Custos de pessoal		(8.449)	(5.283)
Serviços de terceiros		(1.273)	(2.287)
Materiais, equipamentos e veículos		(261)	(19.272)
Gastos gerais		(19.272)	(2.422)
Provisão de conserva especial		–	(19.272)
Depreciação e amortização		(19.272)	–
Custos dos serviços prestados		(36.826)	(36.826)
Custos de construção		(14.681)	(51.506)
Total		(51.506)	(51.506)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2022	31/03/2021
Despesas com pessoal	(124)	(4.090)
Serviços de terceiros	(88)	(3.698)
Gastos gerais	(32)	(4.467)
Depreciação e amortização	–	(2.422)
Total	(244)	(14.677)

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora	31/03/2022	31/03/2021
Descontos obtidos		–	43
Rendimentos de aplicação financeira		1	2.377
Atualização monetária ativa		–	411
Receitas financeiras		1	2.831
Juros de empréstimos e financiamentos		–	(10.765)
Juros de debentures		(5.167)	(13.670)
Juros de contratos de arrendamento		–	(67)
Outras despesas financeiras		(23)	(701)
Despesas financeiras		(5.190)	(25.203)
Resultado financeiro, líquido		(5.189)	(22.372)

23. Lucro (prejuízo) por ação – O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(14.098)	(14.098)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	472.264	472.264
Lucro (prejuízo) por ação – Em reais	(29,85)	(29,85)

24. Partes relacionadas – Em 31 de março de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 25 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de março de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 800 de dividendos a receber de sua controlada Verona (R\$ 22.000 em 31 de dezembro de 2021). **Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia:** Em 31 de março de 2022, a Companhia registrou

25. Contratos – a) Contrato de concessão: Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" nos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato. A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário. Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil. A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão: • Implantação de terceiras faixas; • Duplicação; • Implantação de acostamento; • Implantação de passarelas para pedestres; • Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e • Instalação de cabines de pedágio. **b) Contrato de concessão – CRC:** Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203. O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais. **c) Contrato de concessão – CRA:** O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia. Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5. Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram programados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei no 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 4 de janeiro de 2019. Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanços para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanços, por solicitação da CRA. O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente. Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão. Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão. Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

26. Seguros – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade Vigência	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil – D&O	Seguro garantia	Veículos
Monta Rodovias					
CBN	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	agosto-22	setembro-22
CRC	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	setembro-22
CRA	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	

de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2022	926	1.075	1.075	2.002
2023	513	1.392	3.874	5.779
2024	850	1.974	5.893	8.717
2025	1.265	2.648	7.123	11.036
2026 em diante	90	23.387	6.017	29.494
Total	2.717	30.327	23.983	57.027

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/03/2022	31/03/2021
Controladora	(14.098)	(12)
Consolidado	(16.525)	(134)
Controladora	4.793	4
Consolidado	(2.946)	(41)
	(120)	–
	65	–
	–	–
	–	–
	2.427	–
	–	–
	–	–
	1.847	4

o montante de R\$ 1.334 (R\$ 377 em 31 de março de 2021), referente à remuneração dos administradores. Em 31 de março de 2021 a Companhia ainda não consolidava nos seus resultados os investimentos realizados pela sua controlada direta Verona, que ocorreram em abril de 2021.

25. Contratos – a) Contrato de concessão: Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" nos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato. A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010

Magalu lança fintech e quer universalizar prestação de serviços



A Magazine Luiza lançou a Fintech Magalu, braço de negócios da varejista que terá como foco a prestação de serviços financeiros aos clientes da rede e aos parceiros corporativos.

Segundo a companhia, a fintech já nasce como uma das 10 maiores do País, resultado da integração da Bit55, Stoq e Hub Fintech, adquirida no final de 2020. São mais de 16 milhões de clientes cadastrados, entre pessoas físicas e jurídicas.

Pela Fintech Magalu serão oferecidos cartão de crédito para as empresas – são 160 mil sellers da marca – e crédito para pessoas físicas através do “SuperApp” Magalu. A liberação do crédito é feita após análise do perfil do cliente e a quantia será libe-

rada no MagaluPay, a conta digital da varejista.

“A Fintech Magalu é um negócio de alto potencial de crescimento”, disse em nota Robson Dantas, diretor da empresa. “Mais importante que isso, porém, é estar totalmente conectada à missão do Magalu, que é digitalizar o varejista brasileiro, sobretudo os pequenos e médios”, completou.

Cartão Magalu:

A Magalu explicou que o cartão corporativo está em fase de pré-lançamento e alguns sellers já receberam convites para aderir ao programa. Os interessados em adquirir um cartão deverão se inscrever em uma lista de espera e aguardar o convite.

Segundo a companhia, quem receber o cartão fará parte de um programa de be-

nefícios com acúmulo e troca de pontos por serviços prestados no ecossistema Magalu.

A Fintech Magalu também vai agregar a operação da Luizacred – financeira da companhia em conjunto com o Itaú Unibanco. Os mais de 16 milhões de clientes da operação detêm 9 milhões de contas digitais e 7 milhões de cartões de crédito, e em 2021, o volume total de transações (TPV) processados pela Fintech Magalu somou R\$ 65 bilhões.

Além disso, a Fintech também contará com o suporte das quase 1,5 mil lojas físicas da rede em todo o País, pontos em que será possível realizar saques e tirar dúvidas sobre os produtos financeiros oferecidos.

Reuters

Honda estima inesperada queda no lucro em 12 meses com pressão de custos



A Honda projetou nesta sexta-feira um recuo de 7% no lucro anual, ao invés do crescimento esperado por analistas, e alertou que a longa crise de semicondutores e o aumento dos custos das matérias-primas estão prejudicando o resultado.

“No momento, esperamos colocar o negócio na trajetória de recuperação em junho”, usando peças que estão em estoque, disse Yasuhide Mizuno, gerente sênior da empresa, em uma ligação após a divulgação dos resultados.

A Honda, segunda maior montadora do Japão em vendas, projeta recuo no lucro operacional para 810 bilhões de ienes (6,29 bilhões de dólares) no atual ano fiscal, com

SMIC diz que demanda de smartphones e PCs ‘caiu como uma pedra’

A maior fabricante de chips da China, SMIC, disse nesta sexta-feira que as vendas de smartphones de seus clientes neste ano devem cair em pelo menos 200 milhões de unidades devido à guerra Rússia-Ucrânia e aos lockdowns na China.

A empresa já havia relatado problemas para atender pedidos devido à alta demanda em meio à escassez global de chips. Mas clientes de smartphones, computadores e eletrodomésticos estão cancelando pedidos devido aos dois eventos, disse o presidente-executivo Zhao Haijun a analistas após o resultado trimestral.

A demanda por esses produtos “caiu como uma pe-

dra”, enquanto os lockdowns chineses atingiram empresas, que tiveram problemas com entrega de produtos ou fechamento de lojas, disse ele.

“Neste ano esperamos que a demanda por smartphones caia em pelo menos 200 milhões de unidades, a maioria são de nossos fabricantes de telefones chineses. Muitos pedidos foram cancelados.” Isso significa que a proporção da capacidade de fabricação da SMIC dedicada a smartphones e produtos desse tipo caiu para 29%, disse ele, ante 50% anteriormente.

A SMIC, que tem fábricas em Xangai, conseguiu mantê-las abertas durante o lockdown de Xangai por meio de gerenciamento de circuito fechado.

Reuters



início em abril. Analistas esperavam um aumento de 6,3%, para 926,3 bilhões de dólares, segundo dados compilados pela Refinitiv.

A empresa espera vender 4,2 milhões de veículos globalmente, um aumento de 3,1% em relação ao ano anterior.

“Além das incertezas sobre fornecimento e produção, espera-se um aumento adicional no custo” no ano fiscal que termina em março de 2023, disse a fabricante de automóveis em comunicado.

A Honda estima cerca de 300 bilhões de ienes em custos para cobrir despesas crescentes de material, mão de obra e logística no ano, um salto de cerca de 11% em relação ao período anterior.

A companhia disse na

quinta-feira que reduzirá produção em cerca de um quinto em duas de suas fábricas no Japão pelo resto de maio, um mês depois de cortar a produção pela metade em uma das unidades.

A empresa divulgou nesta sexta-feira uma queda 6% menor no lucro operacional do trimestre encerrado em março ante o que era estimado por analistas, para 199,5 bilhões de ienes, superando a projeção média de 152,2 bilhões de ienes, de acordo com dados do Eikon, da Refinitiv.

As ações da Honda – que fecharam em alta de 2,2% nesta sexta-feira, em meio ao avanço de 2,6% do índice de referência local – acumulam alta de 1% até agora em 2022.

Reuters